



34

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0002683-74.2014.8.17.0000(0330368-2)

IMPETRANTE: MANOEL ELIAS DE MACEDO FILHO

PACIENTE: MANOEL ELIAS DE MACEDO FILHO

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. ATRASO PROVOCADO POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS AO JUÍZO. PROCESSO COMPLEXO, NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. EXCESSO DE PRAZO PLENAMENTE JUSTIFICADO PELAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. UNANIMEMENTE DENEGOU-SE A ORDEM DE HABEAS CORPUS REQUERIDA.

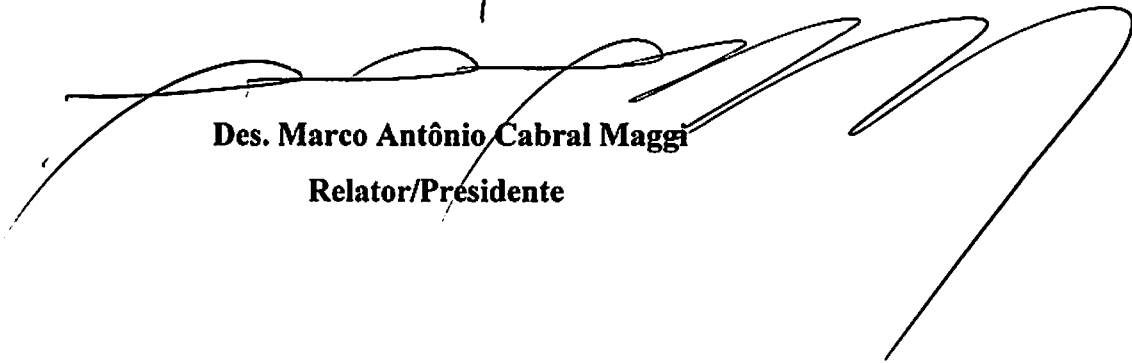
1. Descabida a alegação de excesso de prazo na instrução criminal, pois a coação ilegal, nesse caso, só pode ser reconhecida quando o atraso no andamento da ação penal for injustificada, o que não ocorre no presente caso.
2. A complexidade do feito, necessidade de expedição de cartas precatórias justificam um dispêndio maior de tempo para realização dos atos processuais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 330368-2 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à

unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des.
Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator/Presidente



36

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002683-74.2014.8.17.0000(0330368-2))

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: MANOEL ELIAS DE MACEDO FILHO

PACIENTE: MANOEL ELIAS DE MACEDO FILHO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Manoel Elias de Macedo Filho, em seu próprio favor, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Pombos-PE.

Consta nos autos que o paciente está preso desde maio de 2010, no Presídio de Caruaru-PE, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c art. 29, c/c art. 70, todos do Código Penal Brasileiro.

Aduz o impetrante/paciente que se encontra sofrendo constrangimento ilegal pelo fato de não haver uma definição de sua situação jurídica, pois está preso desde maio de 2010, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada, configurando assim constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Requer, assim, a concessão da ordem, com a conseqüente, expedição do alvará de soltura em seu favor, em razão do alegado excesso de prazo na formação da culpa.

A impetração não veio acompanhada de documentos.

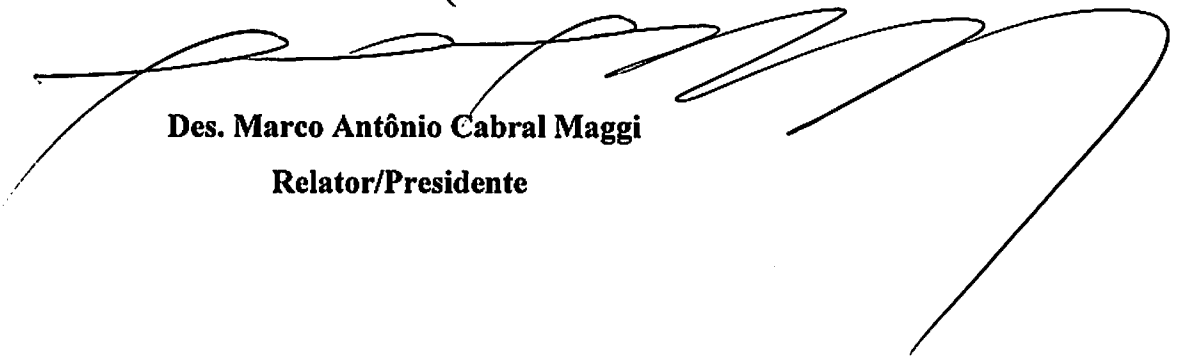
Às fls. 12 e 13, foi indeferido o pedido de liminar e solicitadas as informações à autoridade apontada coatora.

À fl. 21, a autoridade apontada coatora prestou informações.

29. A douda Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem, às fls. 25 a

É O RELATÓRIO.

Recife, 27 de maio de 2014.



Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator/Presidente



38

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002683-74.2014.8.17.0000(0330368-2)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: MANOEL ELIAS DE MACEDO FILHO

PACIENTE: MANOEL ELIAS DE MACEDO FILHO

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Manoel Elias de Macedo Filho, em seu próprio favor, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Pombos-PE.

O presente *mandamus* visa a sua soltura do impetrante/paciente, tendo em vista a configuração de excesso de prazo para início da instrução criminal.

De logo, vejo que não assiste razão ao impetrante.

Como se sabe, não existe um prazo para o término da instrução processual, sendo sempre necessário considerar as peculiaridades de cada caso.

De acordo com as informações prestadas pela autoridade coatora, o retardo na tramitação processual não é decorrente de desídia do Poder Judiciário, mas resultado da complexidade do processo, pois os acusados estão presos cautelarmente em cadeias de outras comarcas, quais sejam, cadeia pública de Gravatá e presídio de Caruaru, sendo, portanto, necessária a expedição de carta precatória para cumprimento de vários atos processuais, motivo que demanda período superior aos trâmites processuais necessários à conclusão da instrução.

Ora, diante do relato feito pelo magistrado *a quo* a respeito do andamento processual tenho que não há que se falar em demora injustificada no processamento do feito,

já que do dia da segregação do paciente até o presente momento, o processo não ficou estagnado.

Há de se ressaltar, ainda, que o prazo para o encerramento da instrução criminal deve sempre levar em consideração a particularidade de cada caso em concreto, e não pode ser analisado através de uma simples operação matemática, devendo apenas ser reconhecido quando a demora for injustificada ou atribuída ao Juízo processante, que não se trata do presente caso.

Nesse sentido, destaco o seguinte julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. COMPLEXIDADE DO FEITO. VÁRIOS CRIMES. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. REITERAÇÃO DELITIVA E FUGA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1.É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo para formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade.

2.Não há como se considerar a possibilidade de relaxamento da prisão, tendo em consideração as especificidades da hipótese em exame, pois trata-se de feito complexo em que se apura o cometimento dos crimes de estelionato, apropriação indébita e receptação. - A decisão que determinou a segregação provisória foi devidamente fundamentada para garantia da ordem pública e para aplicação da lei penal, buscando evitar a reiteração delitiva em delitos contra o patrimônio, pois o recorrente responde a mais de 14 processos por crimes dessa natureza, além de ter permanecido foragido por aproximadamente 3 (três) anos, a fim de furtar-se da aplicação da lei penal. - As condições pessoais favoráveis dos pacientes, como primariedade, residência fixa e emprego lícito, não garantem, por si só, a revogação de sua prisão cautelar, notadamente se há nos autos elementos suficientes para garantir a segregação preventiva. - Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(STJ. RHC: 36392/MG. Processo n.º 2013/0083586-8. Relator: Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE). Data de Julgamento: 28/05/2013. Quinta Turma. Data de Publicação: DJe 03/06/2013.)

Impende registrar que a Audiência de Instrução e Julgamento encontra-se marcada para o dia 25/09/2014, às 09h: 15min.

Posto isto, em consonância com o parecer do douto Procurador de Justiça, não vislumbrando qualquer constrangimento ilegal a ser sanado através do presente *writ*, **o meu voto é pela denegação da ordem**, recomendando ao Juízo que priorize o trâmite e julgamento do feito.

É COMO VOTO.

Recife, 27 de maio de 2014



Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator/ Presidente